

O que é autoridade espiritual?

No início de 2018 fui convidado por uma editora a revisar a primeira tradução brasileira do famoso *Index Librorum Prohibitorum*, editado pela Igreja Católica em 1564, obra que costuma ser citada ao grande público (especialmente aos alunos de colégios por professores de história que nunca o leram) como uma das grandes manchas na história da humanidade, um verdadeiro atentado contra a liberdade de expressão e de consciência. Depois de ser bombardeado durante anos com esse tipo de ideia, apliquei-me ao trabalho com curiosidade, para ver se aquilo que eu tinha ouvido era verdade.

Logo de partida fui surpreendido por duas coisas: a justificativa do *Index* escrita pelo Papa Pio IV não continha nada do que hoje se costuma chamar de “discurso de ódio”, sendo antes um exemplo de afetuosa preocupação com o saúde espiritual do povo. Entenda-se: numa época em que livros eram raros e — para um leitor individual — não era possível verificar se as informações neles contidas eram verdadeiras, cabia à única instituição composta por homens de grande cultura fazer uma triagem dos livros que circulavam, dizendo ao povo claramente o que poderia ser lido e o que deveria ser evitado.

Minha segunda surpresa foi a própria lista das obras cuja leitura era proibida: a maioria esmagadora dos títulos são aquilo que hoje podemos chamar de “sensacionalistas” e praticamente todos tratavam de religião. Coisas como *Alquimia do Purgatório*, *Aparição Noturna de Francisco*, *Da Terrível Ruína dos Habitantes de Jerusalém*, *Bula do Diabo*, *Sonho Pressagiador de Esdras* acerca dos destinos da monarquia romana. Ora, quem quer que tenha estudado um pouco de história sabe que o povo europeu do final da idade média e do renascimento era extremamente impressionável e que levava as emoções a níveis muito intensos (para uma melhor compreensão do digo, recomendo a leitura do primeiro capítulo da obra clássica de Johan Huizinga, *O Outono da Idade Média*). Pode-se, pois, imaginar os efeitos devastadores de ordem não só espiritual, mas também social, que a leitura de obras como as que foram proibidas teria causado.

Pois bem, se o estudo da história tem alguma serventia, ela não reside no fomento de saudosismos de uma época em que “as coisas eram melhores”, mas antes na colocação em evidência das possibilidades humanas e das conseqüências — boas ou más — que determinadas escolhas acarretaram aos homens. Levando isso em conta, podemos afirmar que a publicação e aplicação do *Index* foi um ato de autoridade espiritual, coisa que — contrariamente ao que dizem os atuais cientistas políticos — não se deve confundir com autoritarismo ou com imposição violenta. Com efeito, esta última consiste num simples ato de força pelo qual um grupo se impõe sobre o conjunto da sociedade, ao passo que a autoridade espiritual não tem origem na força bruta das armas, mas na contemplação da verdade e no empenho de ensiná-la a todos. Trata-se da ação de um professor amoroso, não de um policial violento.

Em nosso contexto atual, padecemos males gravíssimos em função da quase ausência de verdadeiras autoridades espirituais, pessoas que possam dizer ao público — com conhecimento de causa — quais livros devem ser lidos e quais devem ser evitados; quais programas de televisão podem ser vistos e quais devem ser evitados. Quando isto não é feito, o resultado é que a maioria da população acaba imersa na desordem mental e, assim, se torna presa fácil para qualquer tipo de charlatão que saiba manipular emoções, sejam eles políticos, publicitários ou falsos pastores. Pior: quando não se identifica claramente alguém que possa ensinar com autoridade o que é certo e o que é errado, cada

pessoa acaba julgando de modo cego, de acordo com seus caprichos e paixões, o que é melhor e o que é pior. O resultado é este que estamos vendo: somos uma das nações mais ignorantes e assassinas do mundo.

Fabio Florence (florenceunicamp@gmail.com) é tradutor, professor de filosofia e membro do IFE Campinas

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 04/07/2018, Página A-2, Opinião.

Um renascimento brasileiro?

As férias escolares são época em que recebemos - de primeira ou segunda mão - grande quantidade de notícias da Europa. Como incluo-me no segundo grupo e a filosofia não tira férias, partilho algumas reflexões - possivelmente surpreendentes - sobre o paralelo que podemos traçar entre a presente situação no velho continente e no Brasil.

À primeira vista, pode parecer que a Europa seja um mar de civilidade, segurança e cultura, enquanto nós, com nossos quase setenta mil homicídios anuais, escândalos de corrupção, consumo desenfreado de drogas e vergonhosos índices de iletramento estancamos nossa marcha civilizacional na idade da pedra. Com efeito, se compararmos nossas estatísticas em cada um desses setores com as de qualquer país da União Europeia, certamente teremos motivos de sobra para corar de vergonha.

Contudo, se analisarmos o quadro social europeu e tentarmos traçar um prognóstico de longo prazo, perceberemos que a Europa entrou há muitos anos em uma das piores crises de sua história e que - tudo leva a crer - dela não sairá tão cedo. A causa dessa crise é complexa, mas, se quisermos atribuir-lhe um nome, podemos utilizar o de "cultura da morte". Assim entendendo uma visão de mundo ancorada no relativismo moral e que inclui aberrações como ideologia de gênero, legitimação do uso de entorpecentes, proliferação da prática do aborto e da eutanásia e - conseqüentemente -, desagregação da instituição familiar. Soma-se a isso o problema da crise migratória, com a qual a maior parte das autoridades europeias tem lidado de maneira completamente inábil e que, no longo prazo, contribuirá para a ruptura do tecido social de muitos países.

Também é verdade que o Brasil encontra-se em uma das piores crises de sua história e seria enfadonho listar novamente nossos principais problemas. Mas, se tivermos mais atenção, descobriremos que há por aqui algo de novo: um grupo cada vez maior de jovens está se dedicando com afinco ao estudo e ao resgate de nossas raízes culturais que, segundo a feliz imagem oferecida por Bento XVI, remontam a Jerusalém, Atenas e Roma. Diferentemente da prática universitária - que muitas vezes encara seu objeto de estudo com o distanciamento de um antiquário - esses jovens buscam cultura antes de tudo para tornarem-se pessoas melhores e plasmarem o resultado de seus estudos em obras valiosas. Em resumo: não nos interessamos em ler (nos originais) Cícero, Virgílio, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e tantos outros movidos por um vão pedantismo, mas para aprendermos a pensar como eles e para que - subindo nos ombros de gigantes - sejamos capazes de

ver mais longe e, finalmente, colocar o Brasil no lugar que tantos grandes homens do passado desejaram: o de grande centro formador de cultura.

Ainda é cedo para dizer que a atual geração e as seguintes terão o vigor necessário para debelar nossos gravíssimos problemas, mas alguns sinais animadores já se fazem visíveis: diferentemente dos saudosistas do maio de 68, esses jovens já possuem uma consciência clara do certo e do errado e não hesitam em fomentar aquele enquanto combatem este. Prova disso tivemos na enérgica mobilização nacional contra a ideologia de gênero nas câmaras municipais e contra as múltiplas tentativas empreendidas por certos grupos para legalizar o aborto e ampliar sua prática. Paralelamente, muitos jovens têm percebido o inestimável valor do casamento e da família e que acudir aqueles que passam por necessidades materiais e perda do rumo existencial não é meramente questão política, mas dever individual de todos que possam fazê-lo.

Segundo o filósofo francês Rémi Brague, a marca fundamental da civilização europeia é a capacidade de produzir renascimentos culturais voltando ao tesouro de suas origens. Façamos votos e esforcemo-nos para que - diante das fraquezas da Europa - o palco do novo renascimento seja o Brasil.

Fabio Florence é professor de filosofia e membro do IFE Campinas (florenceunicamp@gmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 10/01/2018, Página A-2, Opinião.

[A lição de Balzac](#)

Um hábito salutar há muito tempo esquecido - especialmente numa era de redes sociais - é o compartilhamento de impressões ocasionadas pela leitura de um romance. Contrariamente às tendências que buscam transformar o comentário de obras literárias em uma atividade exclusivamente acadêmica e que, forçosamente, exclui os simples mortais, penso que a finalidade principal da leitura e do comentário dos clássicos da literatura seja esclarecer, para o indivíduo comum, experiências que ele já viveu, ou que poderá viver, mas que não tem condições de verbalizar. Talvez nunca isso tenha ficado tão claro para mim quanto ao terminar de ler o romance Memórias de duas jovens esposas, de Honoré de Balzac, um retrato vivo e tocante dos motivos que podem levar um casamento à felicidade ou à infelicidade.

A história se passa na França, alguns anos depois da queda de Napoleão Bonaparte, no período conhecido como “restauração”, época em que a antiga monarquia e a antiga nobreza tentaram, sem sucesso, restaurar as instituições que vigoravam antes da revolução francesa. Nesse cenário, Renée e Louise, duas amigas de infância, membros de famílias aristocratas, trocam cartas durante vários anos abrindo seus corações a respeito de suas vidas amorosas. Enquanto Louise, após sair de um convento de irmãs carmelitas, deseja encontrar um príncipe encantado que a ela se dedique como num conto de fadas, Renée, que também havia estado no mesmo convento, aceita um casamento arranjado - por motivos financeiros - com um homem mais velho, a quem ela não ama.

Não sendo eu pessoa isenta das influências que um ambiente impregnado de sentimentalismo barato como o nosso infunde sobre as pessoas, imaginei, em um primeiro momento, que Renée seria profundamente infeliz, ao passo que Louise – que seguia seu coração – estava no caminho certo em busca da felicidade. No entanto, com toque de gênio, Balzac nos surpreende com uma profunda lição no desenrolar da trama: Renée não se rebela contra o seu destino, mas decide amar o homem com quem se casou quase sem ser consultada e, com o passar dos anos, descobre na dedicação ao esposo e na maternidade um conjunto de alegrias que vão enchendo a vida de sentido e tornando-a não uma pessoa amarga, mas uma mulher verdadeiramente sábia.

Louise, de outra parte, logo encontra o príncipe encantado que desejava, Felipe Henárez, o Barão de Macumer, um nobre espanhol refugiado na França após participar de uma revolução frustrada contra o rei Fernando da Espanha. O amor de Macumer por Louise nada deixa a desejar se comparado aos sacrifícios dos príncipes dos contos de fadas: para ele, a amada adquire feições de verdadeira divindade e, ao se casarem, ela o trata como verdadeiro escravo que satisfaz todos os seus mínimos caprichos. Não seria de bom tom em um convite à leitura contar o final de uma obra que eu gostaria de ver lida e divulgada entre os jovens de hoje, mas adianto que a vida amorosa de Louise passará por grandes tragédias, todas antevistas e alertadas por sua amiga Renée.

Quando examino os relacionamentos amorosos de hoje em dia, vejo muitas pessoas, que tiveram sua sensibilidade corrompida buscando príncipes ou princesas encantados e esquecendo-se que o casamento é uma relação que envolve grandes sacrifícios de ambas as partes, mas que, conforme já dizia Aristóteles, raízes amargas podem produzir frutos doces. Como muitos temem esse tipo de sacrifício, não é de se admirar que hoje em dia tantas pessoas substituam o casamento pela mera união estável – facilmente desmanchada quando terminar a “química” – e a geração de filhos pela adoção de animais. Também nunca vimos os consultórios psicanalíticos e psiquiátricos tão cheios. Reflitamos, portanto, sobre a lição de Balzac.

Fabio Florence, 32 anos, é professor de filosofia, sociologia e idiomas e membro do IFE Campinas (florenceunicamp@gmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 09/08/2017, Página A-2, Opinião.

Pela volta do latim

Em minha experiência como professor de ensino médio, tive a oportunidade de trabalhar com públicos das duas extremidades da pirâmide social brasileira: na rede estadual paulista, lecionei para alunos de famílias carentes; já num dos colégios de maior prestígio da capital, trabalhei com jovens de famílias socialmente privilegiadas. Deixando de lado as muitas diferenças entre meus dois grupos de alunos, fui surpreendido por uma triste semelhança: poucos demonstraram plena capacidade de compreensão e redação de textos na norma culta da língua portuguesa.

Não é difícil perceber que o problema com que me deparei é simplesmente a manifestação de uma realidade alarmante, fartamente comprovada por pesquisas como a conduzida pela ONG Ação

Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, que diagnosticou apenas 8% da população brasileira em idade para trabalhar como plenamente capaz de se expressar por meio de letras e números. Como professor de filosofia, filho e neto de professores, resolvi buscar as causas que fazem com que mesmo pessoas de alto poder aquisitivo e amplo acesso a bens culturais de toda a sorte padeçam de uma falha que não hesito em chamar de preliminar à entrada no mundo da cultura.

É fato notório que o ensino oferecido pelas escolas públicas brasileiras até a década de 1960 era de excelente qualidade e que, naquela época, um atestado de segundo grau completo equivalia a um título de proficiência no contar e no escrever corretamente. Por qual motivo o ensino de português foi outrora entre nós tão mais eficiente que em nossa época? Se examinarmos os programas escolares que vigiam no ensino público até 1962, encontraremos quatro anos obrigatórios de latim no ginásio (que, no atual sistema de ensino, corresponde ao ensino fundamental 2), disciplina que constou no currículo dos bons colégios ocidentais por mais de dois mil anos e na qual eram versados todos os maiores escritores da língua portuguesa.

Dois argumentos contra a permanência do ensino do latim foram levantados pelos “educadores” que reivindicavam um nível mais elevado de sabedoria que aquele alcançado pelos mentores de toda a educação ocidental: em primeiro lugar, um argumento estruturalista, segundo o qual cada língua é um sistema fechado e, portanto, para aprender português não é necessário aprender latim. De outra parte, o latim não passaria de um resquício do classicismo renascentista, luxo desnecessário para quem busca uma formação adequada para a sociedade industrial. A essas razões fizeram eco muitos formadores de opinião e pessoas bem-intencionadas que não viam utilidade na memorização de tabelas de declinações, exigência que não raras vezes servia de arma na mão de professores sádicos, cujos prazeres consistiam em aterrorizar adolescentes com minúcias.

O grande erro em tudo isso reside na incompreensão do papel desempenhado pelo latim na formação cultural do ocidente, mesmo depois que deixou de ser língua viva. Diferentemente dos modernos cursos de idiomas, não era com o intuito de possibilitar a comunicação oral que se estudava latim, mas como disciplina de interpretação de textos clássicos. Após quatro anos de estudo, é plenamente possível a um adolescente enfrentar por conta própria um discurso de Cícero, um poema de Virgílio, uma história de Tito Lívio. Mais ainda, ao fazê-lo, terá ele contato com os modelos de escrita que serviram de referência aos autores que forjaram a língua portuguesa como a conhecemos hoje: Camões, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e tantos outros.

Conforme argumentei em outra ocasião, um dos maiores desafios da educação brasileira nos próximos anos será formar um público de bons leitores, isto é, de pessoas que leiam bons livros, não qualquer coisa. Por que, então, não transferir duas horas semanais empregadas em esportes, idiomas vivos ou simplesmente perdidas no computador para o estudo do latim?

Fabio Florence, 31 anos, é professor de filosofia e sociologia e membro do IFE Campinas (florenceunicamp@gmail.com)

Nosso pai fundador

Quem quer que tenha frequentado o sistema regular de ensino brasileiro a partir da década de oitenta até os dias de hoje provavelmente ouviu - e leu - que o processo de independência do Brasil foi pacífico por ter sido fruto de um odioso “acordão” entre nossas detestáveis elites agrárias, Portugal e a Inglaterra. Tudo isso acompanhado das já gastas anedotas sobre as dores de barriga de Dom Pedro I.

No seio desse esquema geral, vez ou outra surgem nos livros regulares de história tímidas fotos de José Bonifácio de Andrada e Silva, “patriarca da independência”. O que certamente não é ensinado é que José Bonifácio foi homem de envergadura intelectual e moral que nada devia a um George Washington ou a um Thomas Jefferson: era dotado de uma curiosidade que conduziu seu interesse por temas que iam desde a pesca das baleias, passando pela mineração, até a política nacional e internacional, talento que o fez ser reconhecido como sábio em Portugal, onde estudou e lutou bravamente contra as tropas de ocupação do exército napoleônico, revelando, além da coragem intelectual, marcante coragem física, coisas que hoje em dia raramente andam juntas.

Depois de tudo isso, com idade mais avançada do que muitos que já haviam se recolhido à aposentadoria, dirigiu o processo de independência brasileiro, contribuindo com a organização de nossa unidade nacional como império centralizado - fato que impediu que o Brasil se fragmentasse em uma plêiade de republiquetas em constante guerra umas com as outras. Mas não parou por aí. Ao ajudar a organizar o novo país, Bonifácio contribuiu com ideias inovadoras, como planos de reforma agrária, de extensão da educação gratuita para todas e de abolição da escravidão.

Contrariamente aos que sempre buscaram modelos europeus ou americanos para implantar no Brasil (moda que se alastrou a partir do golpe militar de 1889), Bonifácio tinha profunda consciência de nossas particularidades nacionais, conhecimento que o levou a defender uma monarquia centralizada como centro de poder e a propor uma política externa de aliança com os Estados Unidos, explorando as rivalidades entre França e Inglaterra.

Como personalidade, José Bonifácio tentou cultivar em si aquilo que o povo brasileiro sempre teve de melhor: a alegria, a inteligência viva, a marcante sociabilidade. Além de grande estudioso, bravo soldado e hábil político, Bonifácio foi um leal amigo para aqueles que desfrutaram de sua convivência, pois sabia que a amizade se funda sobre a comunhão de interesses superiores, que afloram em longas e proveitosas conversações (arte na qual ele era bastante versado e que infelizmente quase se perdeu no Brasil de hoje).

Aprendamos, pois, com esse esquecido herói de nosso passado, como fez Machado de Assis, ao proclamar “E viverás, Andrada!”.

Fabio Florence é advogado, bacharel em direito pela PUC Campinas, mestre em filosofia pela UNICAMP e gestor do núcleo de história do IFE Campinas (florenceunicamp@gmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 11/9/2015,, Página A-2.

Tags: Autoridade Espiritual, Igreja, Index,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/o-que-e-autoridade-espiritual-fabio-florence/>